

sua adaptação aos regimes aberto e semi-aberto; g) reparação dos estabelecimentos penais, notadamente das celas, refeitório, cozinha, lavanderia, enfermaria, salas de pessoal especializado, auditório, parlatório, salas de aula, biblioteca, capela, espaços para educação física, esporte e recreação e dependência para visita conjugal; h) criação do órgão da administração penitenciária, em cada Estado, com os serviços de observação e tratamento penitenciário, reinserção social e assistência pós-penal, além dos serviços de administração; i) extensão da formação profissional, com base nas ciências criminológicas e ciências do comportamento, ao pessoal penitenciário, pessoal judiciário e polícia; j) celebração de convênios com a Universidade e a Escola Profissional, para administração da formação profissional e perfeição; k) adequação da escola judicial e da escola de polícia aos cursos de preparação profissional e atualização, segundo os objetivos da política penitenciária nacional; l) implantação da Escola Penitenciária Nacional, para ensino profissional, pesquisa científica e aperfeiçoamento de estatística penal; m) administração de cursos de especialização para a equipe interprofissional, e de formação teórica com prática em serviço penitenciário para dirigentes e pessoal administrativo; n) promoção do estudo do regime jurídico do pessoal do sistema penal, com a obrigatoriedade de cursos para admissão e promoção; o) instalação de biblioteca especializada junto aos centros de ensino, formação e pesquisa; p) edição de uma revista de criminologia e direito penitenciário, para divulgação de política criminal nacional; q) sensibilização da Universidade e da Comunidade para participação da execução da política criminal nacional, como co-responsáveis com o Estado, e respectivamente, com a adoção do ensino da Criminologia, Direito Penitenciário e Direito do Menor, e criação de centros comunitários e instrumentos de terapêutica social de assistência ao preso, sua família e família da vítima; r) promoção da capacitação profissional e ensino supletivo para o sentenciado; s) implementação de projetos agrícolas e industriais em estabelecimentos semi-abertos e abertos; t) proposição, em conjunto com outros órgãos do Governo, da utilização da mão de obra do condenado; u) implementação de projetos de pesquisa sobre a subcultura carcerária e serviços penitenciários em todo o País, com vistas a diagnóstico necessário à execução da Política Penitenciária Nacional. Destacou-se também o Planejamento do Senhor Conselheiro NABOR CÉSAR SIQUEIRA, intitulado "Problemática Penitenciária no Brasil" onde abordou de forma geral a violência, desdobrando o referido planejamento nos seguintes tópicos: 1) Pessoal Penitenciário; 2) Profissionalização e Instrução dos Apenados; 3) Remuneração dos Apenados e 4) Fundo Penitenciário. Ainda em relevo as sugestões emanadas do Eminentíssimo Professor MANOEL PEDRO PIMENTEL e trazidas pelo Senhor Conselheiro RICARDO ANTUNES ANDREUCCI, as quais enfatizam principalmente a necessidade de serem construídos estabelecimentos penais guarnecidos com celas individuais, para que se possa começar um programa penitenciário realista no Brasil, atenuando assim, o problema da superlotação dos presídios. Em segundo lugar, enfocou a adoção de uma nova filosofia penal, do próprio Código Penal. Abordou também a revisão do Código de Processo Penal, a criação dos Institutos de Classificação e Triagem, visando à correta definição da personalidade do Interno, mediante exame criminológico; sugeriu ainda, o Ensino profissionalizante e a Assistência Moral e Religiosa. O Senhor Conselheiro JOSÉ DANTON DE OLIVEIRA, resumiu o seu planejamento sugerindo ao CNPP a necessidade de concentrar esforços para a modificação do sistema carcerário em penitenciário, apresentando uma visão humanística e sensível quando trata da recuperação e reintegração do delinqüente. Ressaltou as últimas premissas da ONU, o levantamento moral dos delinqüentes e como proceder para evitar a recaída no crime. O Tema Planejamento - CNPP-81 obteve o maior interesse de todo o Plenário, e a conclusão do Planejamento Final será debatido na próxima reunião e possivelmente concluído. Além desta sessão ordinária houve uma sessão paralela com o Grupo designado para a revisão Execução da Pena. Foram ainda apresentadas pelo Senhor Conselheiro JOSÉ DE SIQUEIRA SILVA, sugestões jurídicas abrangentes, acompanhadas de previsão social ampla. Antes do encerramento da Sessão em questão, última do exercício, o Plenário delicadamente homenageou o Senhor Presidente do

CNPP e a sua Assessora, Merecendo aprovação a presente Ata, vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim Assessora.

PIO SOARES CANEDO

Presidente - CNPP

LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA

Assessora

## CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO

TELEX Nº 001/81-P3 - COMPANHIA DA PRV

DECISÃO Nº 001/81

MAJ. PM AECIO FLAVIO SILVEIRA COUTINHO

CONSULTA SOBRE CATEGORIAS E PESOS QUE OS CONDUTORES CLASSIFICADOS PELA LEGISLAÇÃO ANTERIOR À RESOLUÇÃO Nº 564/80, NAS CATEGORIAS "AMADOR" E "PROFISSIONAL B" PODEM CONDUZIR.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO, em sua reunião do dia 23-01-81, aprovou por unanimidade o parecer do Relator, DECIDINDO o Colegiado que os condutores portadores da CNH de categoria "Amador" estão autorizados a conduzir veículos de passageiros até 8 lugares com peso até 3500 quilos, licenciados nas categorias "Particular e de Aluguel", bem como aqueles portadores da CNH na Categoria "Profissional B" estão autorizados a conduzir todos os veículos de carga com peso acima de 3500 quilos.

Brasília, 23 de janeiro de 1981

ENGO. CELSO CLARO HORTA MURTA

Presidente

GONCALO RAFAEL DANGELO

Conso. Relator

SIMULADOR DE DIREÇÃO

DECISÃO Nº 002/81

OBRIGATORIEDADE DA INSTRUÇÃO PRÉ-PRÁTICA

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO em sua reunião do dia 27-01-81, aprovou por unanimidade a proposição do Sr. Conselheiro Celso Murta, DECIDINDO o Colegiado pela suspensão da atividade de Rosa Auto Escola que não dispuser de Simulador de Direção, até que atenda essa exigência ou que tenha convênio com entidades organizadas para ministrar instrução pré-prática dos candidatos à habilitação matriculados na mesma.

Brasília, 27 de janeiro de 1981

ENGO. CELSO CLARO HORTA MURTA

Presidente

GONCALO RAFAEL DANGELO

Conso. Relator

TELEX Nº 008/81

DECISÃO Nº 003/81

DETRAN-MT

CONSULTA SOBRE UTILIZAÇÃO DE FORMULÁRIO PARA EXPEDIR LAUDO MÉDICO

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO, em sua reunião do dia 27-01-81, aprovou por unanimidade a proposição do Plenário, DECIDINDO o Colegiado que o atestado de saúde expedido em impresso com o timbre dos Serviços Médicos da União, dos Estados e dos Municípios, poderá ser aceito pelos DETRANs para a comprovação dos exames previstos pela legislação de trânsito.

Brasília, 27 de janeiro de 1981

ENGO. CELSO CLARO HORTA MURTA

Presidente

GONCALO RAFAEL DANGELO

Conso. Relator